

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK

Passados cerca de dois meses desde que a moratória russa deflagrou uma dramática deterioração das condições de financiamento externo da economia brasileira, o governo afinal anunciou as medidas de ajuste fiscal com que espera reverter a perda de credibilidade que vem afetando a condução da política econômica. Tendo o País sido colhido pela crise justamente quando a campanha eleitoral atingia seu momento crucial, o governo optou por esperar, não só o primeiro como o segundo turno das eleições, para anunciar em detalhe o tão aguardado pacote fiscal. As medidas envolvem uma jogada decisiva em que se aposta na possibilidade de fazer deslanchar um círculo virtuoso, que, em pouco tempo, permita uma melhora substancial da avaliação dominante sobre as perspectivas da economia brasileira, suficiente para pôr fim à perda de reservas internacionais e abrir espaço para uma rápida redução de taxas de juros.

O programa fiscal anunciado foi dimensionado tendo em vista o esforço necessário para assegurar a estabilização da dívida líquida do setor público como proporção do PIB. Para que essa relação possa ser mantida em torno de 44% no período 1999-2001 o governo espera poder adotar medidas capazes de reverter drasticamente o processo de deterioração fiscal, que vem sendo observado desde 1994, e tornar viável um superávit primário do setor público da ordem de 2,6% do PIB já no primeiro ano do programa.

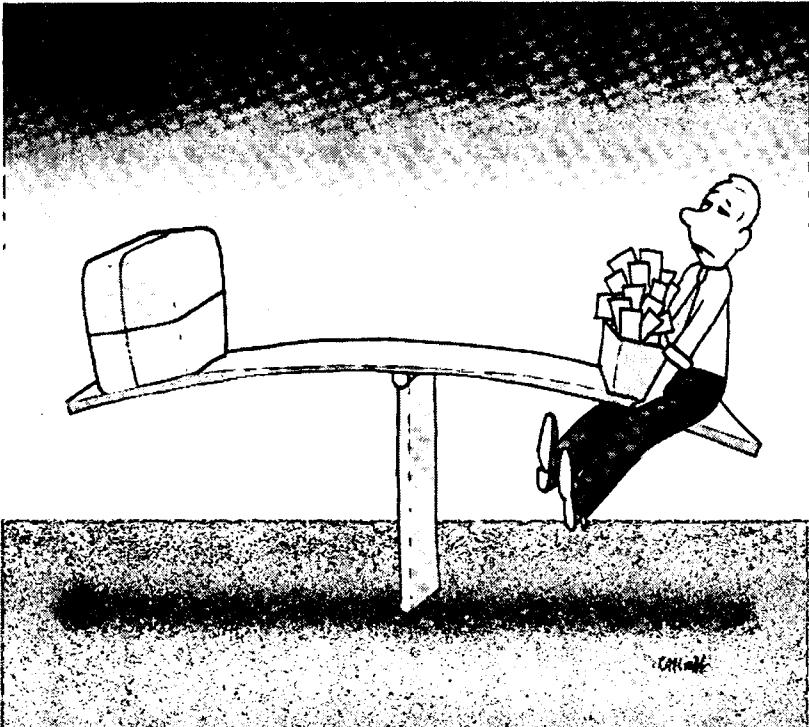
É fundamental o governo mostrar que no Executivo não subsistem dissidências relevantes

Nos dois anos seguintes, tal superávit deverá ser paulatinamente elevado, de forma a atingir 3% do PIB em 2001.

Para que tais metas fiscais possam ser cumpridas foi anunciada uma combinação de cortes de gastos e aumento de tributação que envolve medidas de qualidade bastante heterogênea. É mais do que louvável, por exemplo, que o governo

afinal se disponha a reduzir o peso dos gastos com benefícios previdenciários concedidos a servidores públicos. Mas já não se pode dizer o mesmo de sua decisão de recorrer ao velho expediente de aumentar alíquotas de tributos de baixa qualidade que, a esta altura, já deveriam ter sido substituídos por formas mais eficientes de taxação. Que o governo não te-

nha encontrado maneira mais defensável de obter um aumento equivalente de receita é clara indicação do nível de deterioração a que chegou o sistema tributário brasileiro. Em momentos de aperto, tributação em cascata, com alíquotas "pequenas" e receitas não compartilhadas com Estados e municípios, acaba sendo sempre considerada a solução mais fácil, tanto pelo Congresso como pelo Executivo. Só a urgência de viabilizar em tão pouco tempo uma melhora substancial do quadro fiscal pode justificar o aprofundamento da dependência da receita federal em relação a tributos como a CPMF e a Confins que deverá advir do pacote. E é por isso que se tornou fundamental que o governo, tal como anunciado, realmente se disponha a submeter ao Congresso a proposta de reforma tributária que vem sendo discutida desde o final do ano passado, por



mais complexas que sejam as negociações políticas envolvidas.

Na verdade, desta vez a intenção do governo é dar ao recém-anunciado "programa de estabilidade fiscal" uma conotação mais ampla, que vai muito além das dimensões puramente quantitativas das medidas necessárias para assegurar superávits primários compatíveis com a estabilização da dívida líquida como proporção do PIB. Contemplado nesse programa está um conjunto amplo de reformas – que vão da reestruturação da Previdência Social a uma nova Lei de Responsabilidade Fiscal – que representam a promessa de uma profunda modificação do regime fiscal brasileiro.

No entanto, é preciso ter em mente que o avanço do programa e a restauração de credibilidade que se espera das medidas anunciadas deverão exigir, antes de mais nada, demonstrações reiteradas de convicção da cúpula do governo acerca da efetiva prioridade que se atribui ao esforço de ajuste fiscal. O círculo virtuoso que se contempla, na esteira da realização com sucesso da seqüência de medidas que compõem o programa, envolve uma tarefa persistente que não se esgota em meses, mas em anos. Contudo, para que os efeitos favoráveis da promessa de mudança de regime fiscal se façam sentir já no curto prazo, é fundamental que o governo possa mostrar que, no âmbito do Executivo, não subsistem dissidências relevantes sobre a absoluta prioridade que deve ser concedida ao ajuste fiscal na primeira metade do próximo mandato presidencial.

■ Rogério Furquim Werneck é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio